

## **DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

### **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Senhores Acionistas**

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING), relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### **RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Lucro Líquido da DIBENS LEASING no período alcançou R\$ 562 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 5.309 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,37 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 3,53.

#### **ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS**

Os Ativos totalizaram R\$ 32.369 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 29.055 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 26.830 milhões, correspondentes a Recursos de Debêntures.

#### **AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM**

##### **Procedimentos Adotados pela Sociedade**

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2018, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro e 03 de agosto - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro e 03 de abril - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro, 23 de maio, 16 de julho e 26 de setembro - aquisição de materiais técnicos e treinamento;
- 04 de outubro - emissão de relatório de revisão sobre cálculos e liquidação de imposto de renda;
- 18 de outubro – asseguarção razoável sobre cumprimento de termos de compromisso firmados com órgão governamental.

##### **Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers**

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019.

A Administração

## **DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Presidente**

Alexsandro Broedel Lopes

#### **Conselheiros**

Christian George Egan

Tatiana Grecco

### **DIRETORIA**

#### **Diretor Presidente**

Ricardo Nuno Delgado Gonçalves

#### **Diretores**

Alexsandro Broedel Lopes (\*)

Badi Maani Shaikhzadeh

Gilberto Frussa

Matias Granata

Rodrigo Luís Rosa Couto

Vanessa Lopes Reisner

*(\*) Diretor de Relações com Investidores.*

#### **Contador**

Arnaldo Alves dos Santos

CRC - 1SP - 210.058/O-3

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Balço Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>8.681.050</b>	<b>7.560.144</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3a</b>	<b>101</b>	<b>103</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>3a, 3b e 10a</b>	<b>8.647.031</b>	<b>7.453.190</b>
Aplicações no Mercado Aberto		8.129.244	6.929.777
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		517.787	523.413
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Carteira Própria</b>	<b>3c e 4</b>	<b>18.949</b>	<b>17.002</b>
<b>Outros Créditos</b>		<b>14.969</b>	<b>89.849</b>
Rendas a Receber		1.735	79.095
Diversos	6b I	13.234	10.754
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>20.567.740</b>	<b>69.908.863</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>3a, 3b, e 10a</b>	<b>20.407.648</b>	<b>69.749.515</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		20.407.648	69.749.515
<b>Outros Créditos - Diversos</b>	<b>6b I</b>	<b>160.092</b>	<b>159.348</b>
<b>Permanente - Investimentos - Participações em Coligadas</b>	<b>3d e 7</b>	<b>3.120.427</b>	<b>2.576.040</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>32.369.217</b>	<b>80.045.047</b>
<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>87.475</b>	<b>179.458</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>87.475</b>	<b>179.458</b>
Sociais e Estatutárias	9b	72.250	150.450
Fiscais e Previdenciárias	3e, 3f e 6c	14.611	27.171
Diversas		614	1.837
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>26.973.176</b>	<b>75.034.756</b>
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - Debêntures</b>	<b>3b, 8 e 10a</b>	<b>26.829.727</b>	<b>74.897.225</b>
<b>Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>3e, 3f e 6c</b>	<b>143.449</b>	<b>137.531</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>9</b>	<b>5.308.566</b>	<b>4.830.833</b>
Capital Social		2.414.968	2.405.982
Reservas de Lucros		2.892.371	2.423.954
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c e 9c	1.227	897
<b>Total do Passivo</b>		<b>32.369.217</b>	<b>80.045.047</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais)*

	NOTAS	2º Semestre 2018	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.289.961</b>	<b>3.270.736</b>	<b>11.128.825</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	1.289.961	3.270.736	11.128.825
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(1.221.180)</b>	<b>(3.129.124)</b>	<b>(10.913.526)</b>
Operações de Captação no Mercado	10a	(1.221.180)	(3.129.124)	(10.913.526)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>68.781</b>	<b>141.612</b>	<b>215.299</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>197.654</b>	<b>432.068</b>	<b>590.954</b>
Outras Despesas Administrativas	11a	(16.377)	(27.939)	(22.089)
Despesas Tributárias	3f	(3.202)	(6.656)	(9.915)
Resultado de Participações em Coligadas	3d e 7	217.250	466.697	622.976
Outras Despesas Operacionais		(17)	(34)	(18)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>266.435</b>	<b>573.680</b>	<b>806.253</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>266.435</b>	<b>573.680</b>	<b>806.253</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>3f e 6a</b>	<b>16.129</b>	<b>(11.277)</b>	<b>(2.801)</b>
Devidos sobre Operações do Período		13.443	(9.515)	(2.330)
Referentes a Diferenças Temporárias		2.686	(1.762)	(471)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>282.564</b>	<b>562.403</b>	<b>803.452</b>
<b>Nº de Ações</b>	<b>9a</b>		<b>1.504.996.693</b>	<b>1.504.996.693</b>
<b>Lucro por Ação - R\$</b>			<b>0,37</b>	<b>0,53</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação - R\$</b>			<b>3,53</b>	<b>3,21</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 9)**  
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
<b>Saldos em 01/07/2018</b>	<b>2.414.968</b>	<b>482.994</b>	<b>2.211.813</b>	<b>902</b>	-	<b>5.110.677</b>
Benefícios Pós Emprego de Coligada	-	-	-	325	-	325
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	282.564	282.564
Destinações:						
Reservas	-	-	197.564	-	(197.564)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>2.414.968</b>	<b>482.994</b>	<b>2.409.377</b>	<b>1.227</b>	-	<b>5.308.566</b>
<b>Mutações do Período</b>	-	-	<b>197.564</b>	<b>325</b>	-	<b>197.889</b>
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>2.405.982</b>	<b>481.196</b>	<b>1.316.306</b>	<b>886</b>	-	<b>4.204.370</b>
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	(1)	-	(1)
Benefícios Pós Emprego de Coligada	-	-	-	12	-	12
Lucro Líquido	-	-	-	-	803.452	803.452
Destinações:						
Reservas	-	-	626.452	-	(626.452)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>2.405.982</b>	<b>481.196</b>	<b>1.942.758</b>	<b>897</b>	-	<b>4.830.833</b>
<b>Mutações do Período</b>	-	-	<b>626.452</b>	<b>11</b>	-	<b>626.463</b>
<b>Saldos em 01/01/2018</b>	<b>2.405.982</b>	<b>481.196</b>	<b>1.942.758</b>	<b>897</b>	-	<b>4.830.833</b>
Aumento de Capital	8.986	-	(8.986)	-	-	-
Benefícios Pós Emprego de Coligada	-	-	-	330	-	330
Lucro Líquido	-	-	-	-	562.403	562.403
Destinações:						
Reservas	-	1.798	475.605	-	(477.403)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>2.414.968</b>	<b>482.994</b>	<b>2.409.377</b>	<b>1.227</b>	-	<b>5.308.566</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>8.986</b>	<b>1.798</b>	<b>466.619</b>	<b>330</b>	-	<b>477.733</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em Milhares de Reais)*

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>
	<b>2018</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>243.598</b>	<b>1.714.825</b>	<b>6.927.406</b>
Lucro Líquido	282.564	562.403	803.452
Ajustes ao Lucro Líquido:	<b>(38.966)</b>	1.152.422	6.123.954
Resultado de Juros de Debêntures	180.970	1.617.357	6.746.459
Tributos Diferidos	(2.686)	1.762	471
Resultado de Participação em Coligada	(217.250)	(466.697)	(622.976)
<b>Varição de Ativos e Passivos</b>	<b>9.266.398</b>	<b>49.346.495</b>	<b>19.097.546</b>
(Aumento) / Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.287.367	49.347.493	19.103.022
(Aumento) / Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(1.864)	(1.947)	(79)
(Aumento) / Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(3.887)	(4.985)	(13.275)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	(10.453)	14.781	22.234
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.765)	(8.847)	(14.356)
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>9.509.996</b>	<b>51.061.320</b>	<b>26.024.952</b>
Dividendos Recebidos	-	-	414.465
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>414.465</b>
Captação (Resgate) por Debêntures	(20.095.343)	(49.684.855)	(78.274.602)
Dividendos e Juros sobre o Capital Pagos	-	(177.000)	(60.000)
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(20.095.343)</b>	<b>(49.861.855)</b>	<b>(78.334.602)</b>
<b>Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(10.585.347)</b>	<b>1.199.465</b>	<b>(51.895.185)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	18.714.692	6.929.880	58.825.065
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período (Nota 3a)	8.129.345	8.129.345	6.929.880
Disponibilidades	101	101	103
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	8.129.244	8.129.244	6.929.777
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Demonstração do Valor Adicionado***(Em Milhares de Reais)*

	<b>2º Semestre 2018</b>	<b>01/01 a 31/12/2018</b>	<b>01/01 a 31/12/2017</b>
<b>Receitas</b>	<b>1.289.961</b>	<b>3.270.736</b>	<b>11.128.825</b>
Intermediação Financeira	1.289.961	3.270.736	11.128.825
<b>Despesas</b>	<b>(1.221.197)</b>	<b>(3.129.158)</b>	<b>(10.913.544)</b>
Intermediação Financeira	(1.221.180)	(3.129.124)	(10.913.526)
Outras	(17)	(34)	(18)
<b>Insumo Adquiridos de Terceiros - Outros</b>	<b>(16.377)</b>	<b>(27.939)</b>	<b>(22.089)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>52.387</b>	<b>113.639</b>	<b>193.192</b>
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>52.387</b>	<b>113.639</b>	<b>193.192</b>
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>52.387</b>	<b>113.639</b>	<b>193.192</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>217.250</b>	<b>466.697</b>	<b>622.976</b>
Resultado de Participação em Coligadas	217.250	466.697	622.976
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>269.637</b>	<b>580.336</b>	<b>816.168</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>269.637</b>	<b>580.336</b>	<b>816.168</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	(12.927)	17.933	12.716
Federais	(12.927)	17.933	12.716
Remuneração de Capitais Próprios	282.564	562.403	803.452
Juros sobre o Capital Próprio	85.000	85.000	177.000
Lucros Retidos do Período	197.564	477.403	626.452

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.*

**DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E DE 2017**

*(Em Milhares de Reais)*

**Nota 1 – Contexto Operacional**

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas exclusivamente no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2019.

**Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

**Nota 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados na seguinte categoria:
- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Os efeitos da aplicação do procedimento descrito anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.



**d) Investimentos** - São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

**e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias** - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 5.

#### **Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias**

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

**f) Imposto de Renda e Contribuição Social** - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado Consolidado na rubrica Outras Despesas Administrativas.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 6.

#### **Nota 4 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)**

**a) Títulos para Negociação** - Carteira composta por Cotas de Fundos de Investimentos que totalizam R\$ 18.949 (R\$ 17.002 em 31/12/2017).

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/12/2018 e 31/12/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

**c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

#### **Nota 5 – Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias**

A DIBENS LEASING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

**a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

**b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

#### **Ações Fiscais e Previdenciárias**

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

Provisões	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>136.714</b>	<b>127.199</b>
Encargos sobre Tributos	5.919	9.515
<b>Saldo Final (Nota 6c) (*)</b>	<b>142.633</b>	<b>136.714</b>

(\*) Registrado em Outras Obrigações.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>136.714</b>	<b>127.199</b>
Apropriação de Rendas	5.919	9.515
<b>Saldo Final (Nota 6bl) (*)</b>	<b>142.633</b>	<b>136.714</b>

(\*) Registrado em Outros Créditos - Diversos.

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 142.633 – Isonomia: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 142.633;

A DIBENS LEASING, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

## Nota 6 - Tributos

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

### a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>573.680</b>	<b>806.253</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(258.156)	(362.814)
<b>Acréscimos/Decrécimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Resultado de Participações em Coligada	210.014	280.339
Juros sobre o Capital Próprio	38.250	79.650
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	(1.385)	24
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos</b>	<b>(11.277)</b>	<b>(2.801)</b>

### b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2018
<b>Refletida no Resultado</b>	<b>10.768</b>	<b>(1.762)</b>	-	<b>9.006</b>
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	9.951	(1.762)	-	8.189
Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	817	-	-	817
<b>Total (*)</b>	<b>10.768</b>	<b>(1.762)</b>	-	<b>9.006</b>

(\*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 173.326 (R\$ 170.102 em 31/12/2017) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 142.633 (R\$ 136.714 em 31/12/2017), Créditos Tributários R\$ 9.006 (R\$ 10.768 em 31/12/2017), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 18.777 (R\$ 19.686 em 31/12/2017), e Depósitos Garantia de Provisões Cíveis R\$ 2.910 (R\$ 2.934 em 31/12/2017).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/12/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2019	-	0,0%	533	7,0%	533	5,9%
2020	-	0,0%	556	7,0%	556	6,2%
2021	-	0,0%	766	9,0%	766	8,5%
2022	817	100,0%	572	7,0%	1.389	15,4%
2023	-	0,0%	613	7,0%	613	6,8%
acima de 2023	-	0,0%	5.149	63,0%	5.149	57,2%
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.189</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.006</b>	<b>100,0%</b>
<b>Valor Presente (*)</b>	<b>702</b>		<b>6.808</b>		<b>7.510</b>	

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

**c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias**

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Impostos e Contribuições a Pagar / Recolher	14.610	27.171
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 5b)	142.633	136.714
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	817	817
<b>Total</b>	<b>158.060</b>	<b>164.702</b>

Nota 7 - Permanente - Investimentos

Empresa	Saldos em 31/12/2017			Movimentação até 31/12/2018					Resultado de Participação em Coligada de 01/01 a 31/12/2017	
	Valor Patrimonial	RNR	Saldo em 31/12/2017	Estorno de Provisão de Dividendos	Resultado de Participação em Coligada			Ajuste de TVM de Coligada e Outros		Saldo em 31/12/2018
	PL				Lucro	RNR	Total			
Redecard S.A.	2.970.027	(393.987)	2.576.040	77.360	72.710	393.987	466.697	330	3.120.427	622.976

Empresa	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	N° de Ações Ordinárias de Propriedade da DIBENS LEASING	Participação no Capital Social e Votante (%)
Redecard S.A.	3.865.210	16.402.746	382.211	127.820.698	19,02

**Nota 8 - Recursos de Debêntures**

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Emitida (3)	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros	Juros
			Em Circulação		Em Tesouraria		31/12/2018	31/12/2017				
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017						
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	13	4	22	9	238	90.441	441.518	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	2	2	6	-	194	12.951	44.452	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	61	38	515	23	2.485	91.992	1.154.641	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única - BLAN15	SER/DEB-2005/013	13	13	25	-	1.175	58.518	104.844	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	853.497	91.656	1.173.776	761.841	626.224	958.059	11.530.291	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	65	62	439	3	2.764	41.401	843.780	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	76.454	59.180	152.660	17.274	247.340	2.010.650	5.001.859	01/03/2035	01/10/2024	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	372	365	925	7	5.825	1.306.454	3.110.992	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	2.547	1.464	10.196	1.083	39.804	445.444	2.914.429	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	2	2	2	-	18	45.633	45.647	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única - BFBL15	SEP/GER/DEB-97/105	119	65	414	54	3.086	128.996	773.168	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	319.916	238.561	547.061	81.355	952.939	8.439.455	18.187.424	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento	(1)
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	212.558	156.387	385.896	56.171	614.104	4.889.211	11.337.810	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	216.513	158.415	410.493	58.098	589.507	4.734.672	11.529.772	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	520	520	570	-	2.399.430	2.353	2.422	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	15	12	53	3	2.347	50.310	195.100	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	241.084	181.080	419.976	60.004	1.580.024	3.523.187	7.679.076	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
<b>Total</b>		<b>1.923.751</b>	<b>887.826</b>	<b>3.103.029</b>	<b>1.035.925</b>	<b>7.067.504</b>	<b>26.829.727</b>	<b>74.897.225</b>				

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

(3) Cancelamento parcial de 8.246.782 debêntures em tesouraria conforme AGE de 10/10/2018.

## Nota 9 – Patrimônio Líquido

a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGO/E de 27/04/2018, homologada pelo BACEN em 14/06/2018, foi deliberado aumento de capital social no montante de R\$ 8.986, mediante capitalização de Reservas de Lucros, sem emissão de novas ações.

b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 27/12/2018 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio a débito dos lucros apurados no 1º semestre de 2018, no montante líquido de R\$ 72.250, sendo R\$ 85.000 o valor bruto e R\$ 12.750 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

### c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações de Benefícios Pós Emprego	1.227	897
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>1.227</b>	<b>897</b>

## Nota 10 - Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(*)</sup></b>		<b>29.054.679</b>	<b>77.202.705</b>	<b>3.266.416</b>	<b>11.126.520</b>
Itaú Unibanco S.A.	100% SELIC e Prefixada 6,40%	28.536.892	76.679.292	3.234.707	11.037.787
Banco Itaucard S.A.		517.787	523.413	31.709	88.733
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>18.949</b>	<b>17.002</b>	<b>1.095</b>	<b>1.768</b>
Itaú Unibanco S.A.		-	-	1	-
Fundos de Investimentos		18.949	17.002	1.094	1.768
<b>Valores a (Pagar)</b>		<b>(50)</b>	<b>(49)</b>	-	<b>(5)</b>
Itaú Corretora de Valores S.A.		(50)	(49)	-	(5)
<b>Recursos de Debêntures</b>		<b>(26.829.727)</b>	<b>(74.897.225)</b>	<b>(3.127.788)</b>	<b>(10.913.526)</b>
Itaú Unibanco S.A.	100% DI	(26.829.727)	(74.897.225)	(3.127.788)	(10.913.526)

(\*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - posição bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 8.129.244 e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos de 31 a 180 dias R\$ 517.787 e acima de 365 dias R\$ 20.407.648.

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

## Nota 11 – Informações Complementares

- a) **Outras Despesas Administrativas** – Totalizam R\$ (27.939) (R\$ (22.089) de 01/01 a 31/12/2017) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (18.865) (R\$ 21.019) de 01/01 a 31/12/2017).
- b) **Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Risco Operacional” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site [www.itauri.com.br](http://www.itauri.com.br), na seção Relatórios – Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

- c) **Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

# DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ 65.654.303/0001-73

Companhia Aberta

NIRE 35300130707

## DECLARAÇÃO

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018.

Poá (SP), 8 de fevereiro de 2019.

*RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES*  
*Diretor Presidente*

*ALEXSANDRO BROEDEL LOPES*  
*Diretor*



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações contábeis da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

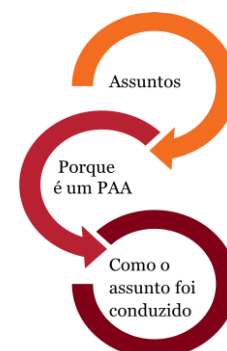
---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.<sup>1</sup>

### Principais Assuntos de Auditoria

---

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

### Valorização e divulgação de operações com partes relacionadas (nota 10)

As aplicações interfinanceiras de liquidez e as captações de recursos por meio de emissão de debêntures foram realizadas com partes relacionadas.

Considerando a relevância dessas operações no contexto da Instituição, a apropriada valorização, custódia e divulgação sobre essas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Obtivemos entendimento e testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos no processo de valorização e divulgação dessas operações.

Realizamos teste sobre a valorização e custódia das operações e consistimos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria.

Consideramos que essas informações estão consistentes com as divulgadas nas demonstrações contábeis.

## Outros assuntos

---

### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

---

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

---

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht  
Contador CRC 1SP213429/O-7

---